



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario N. 10, Vol. 2 (2016)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación,
Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy
Faculdade de Educação, UNICAMP. www.fe.unicamp.br

Gustavo Capanema: Educação, Cultura e Estética (1934-1945)

Maria Cristina Gomes Machado¹
Raquel dos Santos Quadros²

Resumo

Este artigo investiga as ações referentes à cultura, estética e educação do Ministro Gustavo Capanema Filho (1900-1985), político e intelectual brasileiro, que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde no período de 1934 a 1945. Historicamente essa conjuntura foi conhecida como 'Era Vargas', denominação devida aos anos em que Getúlio Vargas esteve no cargo de Presidente da República (1930 a 1945). A dimensão histórica de atuação desse político foi marcada pelo cunho nacionalista e centralizador, características do

¹ Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Maringá (UEM) onde trabalha desde 1990 e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado desta instituição desde 2001. É associada da ANPED (2000), ANPUH (2006) e SBHE (2000). É líder no Grupo de Pesquisas e Estudos História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, bem como participa desde 1995 do Grupo de Estudos Sociedade, História e Educação no Brasil (HISTEDBR). E-mail: mcgm.uem@gmail.com

² Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do oeste do Paraná (UNIOESTE). Participante no Grupo de Pesquisas e Estudos História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. E-mail: rraquelquadros@gmail.com.

Estado Novo, situação que favoreceu a ação direta de Capanema. A proposta de artigo refere-se à História da Educação no Brasil no século XX.

Palavras-chave: Estética; Política; História; Educação.

Abstract: This article investigates the actions related to culture, aesthetics and education minister Gustavo Capanema Filho (1900-1985), politician and Brazilian intellectual, who headed the Ministry of Education and Health in the period from 1934 to 1945. Historically this situation was known as 'Vargas' name due to the years when Getúlio Vargas was in the office of President of the Republic (1930-1945). The historical dimension of this political activity was marked by nationalist and centralist nature, new state characteristics, a situation that favored the direct action of Capanema. The proposed article refers to the history of education in Brazil in the twentieth century.

Key words: Aesthetics; Policy; History; Education.

Resumen: Este artículo investiga las acciones relacionadas con la cultura, la estética y el ministro de Educación Gustavo Capanema Filho (1900-1985), político y intelectual brasileño, que encabezó el Ministerio de Educación y Salud en el período de 1934 a 1945. Históricamente esta situación era conocida como el nombre 'Vargas' debido a los años en que Getúlio Vargas estaba en la oficina del Presidente de la República (1930-1945). La dimensión histórica de esta actividad política estuvo marcada por la naturaleza nacionalista y centralista, nuevas características del estado, situación que favoreció la acción directa de Capanema. El artículo propuesto se refiere a la historia de la educación en Brasil en el siglo XX.

Palabras clave: Estética; Política; La historia; Educación.

Introdução

A investigação proposta neste artigo tem como tema principal a atuação de Gustavo Capanema Filho (1900-1985)³ frente ao Ministério da Educação e Saúde entre 1934 e 1945. Destacamos os aspectos culturais, estéticos e educacionais. Historicamente, o período caracteriza-se como um espaço de rearticulação social, econômica e política, no qual Capanema figura como o Ministro que mais tempo se manteve alinhado a Getúlio Vargas no Governo Constitucional (1934-1937)⁴ e no Estado Novo (1937-1945)⁵.

Consideramos que um dos principais fatores que levaram Gustavo Capanema a permanecer no cargo por onze anos, foi a afinidade dos princípios que embasavam a estrutura política que estava se organizando naquele momento, que prenunciava as seguintes características: centralização do poder, a busca de uma organização econômica, a importância na preparação de uma elite intelectual por meio da escolarização, em especial, no ensino secundário e a difusão da moralidade para a população.

Como atribuições deste importante papel político, é relevante destacar que “[...] durante sua permanência no Ministério, Capanema empreendeu a reorganização administrativa do mesmo, iniciou a elaboração das leis

³ Gustavo Capanema Filho nasceu no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais, em 10 de agosto de 1900, filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e Marcelina Júlia de Freitas Capanema, pertencentes ambos a tradicionais famílias mineiras, vivendo até 10 de março de 1985. Foi casado com Maria de Alencastro Massot Capanema e teve dois filhos, Gustavo Afonso e Maria da Glória. Gustavo Capanema em 1920, matriculou-se na Faculdade de Direito da capital mineira, alcançando o prêmio Rio Branco, destinado ao aluno que obtivesse notas distintas em todas as matérias cursadas. Ao terminar a faculdade, regressou a Pitangui, abriu um escritório de advocacia e, ao mesmo tempo, exerceu o magistério, como professor de Psicologia, Higiene Escolar e Ciências Naturais na Escola Normal local. Foi vereador na Câmara de seu município, durante sua atuação política, tomou interesse e dedicou-se ao estudo dos assuntos de administração municipal (QUADROS, 2013: 14).

⁴ “Em 17 de julho de 1934, pelo voto indireto na Assembleia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República com expressiva maioria de votos. Borges de Medeiros obteve 59 votos e o Getúlio Vargas, 175, havendo 14 votos em outros candidatos. Ao candidato eleito, caberia exercer o mandato até três de maio de 1938, havendo, daí para frente, eleições diretas para a presidência. A “democracia” constitucional passaria a ser o regime político adotado pelo Brasil nas próximas eleições” (QUADROS, 2013: p. 30).

⁵ “[...] Com a promulgação da Constituição de 1934, chegou ao fim o chamado governo provisório instaurado com a vitória da Revolução de 1930. A nova Constituição, elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte, introduziu no país uma nova ordem jurídico-política que consagrava a democracia, com a garantia do voto direto e secreto, da pluralidade sindical, da alternância no poder, dos direitos civis e da liberdade de expressão dos cidadãos. Três anos depois, antes mesmo que a primeira eleição que elegeria o novo presidente se realizasse, Getúlio Vargas deu um golpe para manter-se no poder e instaurou uma ditadura, conhecida como Estado Novo. Assim, em 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova Constituição, idealizada e redigida pelo ministro da Justiça, Francisco Campos. A nova Carta incluía vários dispositivos semelhantes aos encontrados em constituições de regimes autoritários vigentes na Europa, como as de Portugal, Espanha e Itália. Com o Congresso Nacional fechado e com a decretação de rigorosas leis de censura, Vargas pôde conduzir o país sem que a oposição pudesse se expressar de forma legal [...] (BRAGA, 2015: p.1).

orgânicas do ensino e tomou diversas iniciativas no campo cultural [...]” (HORTA, 2010: 19).

No que se refere a organização administrativa fundou em 1938 o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que foi um instrumento de significado singular para a educação nacional, pois, foi organizado levantamentos de documentações, elaborou-se serviços de estatísticas educacionais o que tornou possível o conhecimento do país, sob os seus múltiplos aspectos, por exemplo, quantidade de escolas, de professores e etc.

Em relação a educação criou a Comissão Nacional do Ensino Primário que estabeleceu diretrizes para a elaboração de uma lei para ensino que se estendia ao país⁶. Organizou o ensino industrial (Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942) para formar os jovens para as exigências do trabalho e o ensino secundário destinado as pessoas que seguiriam o ensino nas universidades pelo Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942; como também reformou o Ensino Comercial (Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943), foi definido como o ramo de ensino de segundo grau destinado à preparação dos candidatos ao exercício de determinadas funções específicas do comércio e de funções administrativas gerias no serviço público e nas empresas particulares.

Na dimensão cultural criou museus e diversas regiões do país, instituiu o Serviço Nacional do Teatro, abriu bibliotecas e como símbolo estético dessa conjuntura construiu o prédio do Ministério da Educação e Saúde, temas que serão explorados no decorrer do artigo.

A atuação de Capanema corresponde a meados da década de 1930 até meados da década de 1940, que se caracteriza pelo florescimento do nacionalismo na América Latina. Naquele momento, em todo o continente, desenvolveram-se ações no intuito de estabelecer políticas públicas nos setores da educação, saúde, cultura, artes e arquitetura, patrimônio histórico e administração (QUADROS, 2013).

No Brasil, o governo Vargas, apoiado pela ação fundamental de Gustavo Capanema, elegeu os campos da educação, cultura e estética como pontos

⁶ Para maiores informações sugere-se a leitura do artigo “Gustavo Capanema: A criação da Comissão do Ensino Primário”, Revista do Centro de Educação de Educação Universidade Federal de Santa Maria. (QUADROS, R; MACHADO, M. G., 2015).

estratégicos para a produção de elementos de brasilidade que garantissem a independência e o desenvolvimento nacional. A dimensão histórica de atuação desse político foi marcada pelo cunho nacionalista e centralizador, características do Estado Novo, situação que favoreceu a ação direta de Capanema na área social.

O método adotado para o desenvolvimento do artigo orienta-se pelo materialismo histórico. Pressupõe que a consciência dos homens é determinada pela materialidade histórica, dessa forma, é nas e pelas práticas sociais que o homem se produz. Como fontes utilizadas no artigo elegemos a legislação vigente do período analisado, bem como documentos oriundos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), no entanto, é importante destacar o referencial teórico de autores que estudaram ou estudam o tema examinado os quais subsidiaram as discussões.

A atuação de Gustavo Capanema na área da Educação, Cultura e Estética

Podemos pontuar que Gustavo Capanema ocupou um espaço importante no período em que esteve no cargo de Ministro da Educação e Saúde, damos destaque as políticas que envolveram a questão cultural porque, assim como a educação, a cultura foi igualmente entendida como um elemento que elevaria o Brasil a um país moderno.

Capanema fez questão de estar rodeado de intelectuais de todas as vertentes no campo cultural. Como assessor-chefe em seu gabinete foi nomeado o poeta Carlos Drummond de Andrade, cercou-se de uma equipe diversificada, integrada, entre outros, por Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade (BOMENY, 2001). O ministro acreditava que por meio dos intelectuais a difusão da cultura se daria de forma concreta. Mesmo em um momento de enfrentamento nas dimensões políticas e sociais, o ministro soube construir laços de trabalho com sujeitos com concepções diversas, aliás essa diplomacia foi uma das características chave para sua estabilidade política por onze anos.

Esse grupo de intelectuais que estiveram ao lado de Gustavo Capanema são considerados parte da vanguarda brasileira tanto no aspecto cultural que foi desenvolvido no período histórico como o patrimônio cultural existente.

Segundo Williams (2000), a cultura era um “[...] negócio oficial do Estado, e não só do ministro [...]”. Foi um momento promissor no qual se reuniram inúmeros intelectuais de variadas ideologias, os quais tinham como objetivo executar as ações priorizadas no período. Capanema

[...] necessitava de quem executasse projetos, donde o seu esforço para manter relações estreitas com a intelectualidade modernista e a comunidade artística e literária, além de representantes de associações civis, críticos, pensadores católicos e membros do corpo diplomático do país e do estrangeiro. O ministro frequentemente consultava esses personagens, quando desejava formular uma nova diretriz de política cultural federal. Havia uma rede de relações que interligava os projetos de política cultural e alcançava o organograma do Estado (WILLIAMS, 2000: 257).

Diversas ações foram produzidas pelo Ministério da Educação e Saúde. Categoricamente, Capanema ultrapassou as fronteiras vinculadas à pasta sob sua responsabilidade, estabelecendo uma política cultural que, em certa medida, avalia-se como essencialmente vinculada ao seu interesse em considerar a promoção do desenvolvimento da educação e das questões políticas nacionais como indissociáveis do aspecto cultural. Nesse sentido,

Se a tarefa educativa visava, mais do que a transmissão de conhecimentos, a formação de mentalidades, era natural que as atividades do ministério se ramificassem por muitas outras esferas, [...]. Era necessário desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras; era necessário ter uma ação sobre os jovens e sobre as

mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros com os valores da nação que se construía, e o lugar das segundas na preservação de suas instituições básicas [...]. Como sempre, estas ações do Ministério da Educação não se dariam no vazio, mas encontrariam outros setores, movimentos e tendências com as quais seria necessário compor, transigir, ou enfrentar [...] (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984: 79).

Nesse sentido, acreditamos que a educação, cultura e a estética dos monumentos foram utilizados como instrumentos aos interesses e ações políticas que foram utilizadas na organização do Estado. Como indutor das ações políticas do Estado, a valorização do respeito e a promoção do nacionalismo apregoado pelo regime naquele momento histórico, marcado pela centralização, culminaram com a instituição do Estado Novo.

Em consequência, a ação do Ministério Capanema fez ressoar um chamado a intelectuais e artistas durante seu ministério para desenvolver seus trabalhos de forma intensa, merecendo forte incremento de políticas governamentais voltadas ao desenvolvimento da cultura nacional e de valores vinculados ao regime estabelecido.

O interesse de Capanema pela promoção da cultura fez com que, inclusive, ele solicitasse a Getúlio Vargas que modificasse a denominação do Ministério da Educação e Saúde para Ministério da Cultura Nacional, caracterizando o ministério como instrumental voltado à conformação social das políticas do regime (WILLIAMS, 2000). Apesar do não alcance de seu objetivo, Capanema procedeu de forma intensiva no envolvimento com intelectuais no sentido de desenvolver toda uma rede de suporte e promoção à cultura nacional.

Foi em 1938 que Capanema definiu o que era cultura para o governo do Estado Novo, por meio do Decreto-Lei nº 526, de primeiro de julho, promulgado por Getúlio Vargas, o qual instituía o Conselho Nacional de Cultura, que ficou sob o domínio do Ministério da Educação e Saúde. Com esta medida, todo o

desenvolvimento cultural ficaria sob sua influência e controle. Capanema formalmente definiu como áreas de atividades culturais:

[...] produção filosófica, científica e literária, o cultivo das artes; a conservação do patrimônio cultural (patrimônio histórico, artístico, documentário, bibliográfico, etc.; intercâmbio intelectual; a difusão cultural entre as massas através dos diferentes processos de penetração espiritual (o livro, o rádio, o teatro, o cinema, etc.; a propaganda e a campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias; a educação cívica através de toda sorte de demonstrações coletivas; a educação física (ginásticas e esportes); a recreação individual ou coletiva (BRASIL, 1938: 1).

Ao Conselho Nacional de Cultura, foram atribuídas competências que faziam referência à centralização de poder, como:

- a) fazer o balanço das atividades, de caráter público ou privado, realizados em todo o país, quanto ao desenvolvimento cultural, para o fim de delinear os tipos das instituições culturais e as diretrizes de sua ação, de modo que delas se possa tirar o máximo de proveito;
- b) sugerir aos poderes públicos as medidas tendentes a ampliar e aperfeiçoar os serviços por eles mantidos para a realização de quaisquer atividades culturais;
- c) estudar a situação das instituições culturais de caráter privado, para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal (BRASIL, 1938: 1).

Diante da busca constante em realizar ações voltadas ao desenvolvimento cultural no período, Capanema estabeleceu algumas ações

que representavam o pensamento do Estado Novo, dentre as quais ganhou notoriedade a instituição do Instituto Nacional do Livro, o qual criou e auxiliou na manutenção de bibliotecas em várias regiões do país. Em relação ao resultado dessa manutenção até o final de 1945, duzentos e cinquenta e duas bibliotecas municipais foram criadas no interior do país e meio milhão de volumes já haviam sido fornecidos. Outra posição tomada pelo Ministro foi publicar obras de cunho histórico, como apresenta Capanema:

Com relação à publicação de obras raras e preciosas, foi notável o trabalho do Ministério da Educação e Saúde. Os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, em 7 volumes, O Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau, tradução do Livro celebre de Gaspar Barléu, a História da República Jesuítica do Paraguai, pelo cônego João Pedro Gay, a Demanda do Santo Graal, em três volumes, a Corografia Brasília, de Aires do Casal, as Cartas Chilenas, de Tomás Antônio Gonzaga [...] (RELATÓRIO..., 1946: 13).

Gustavo Capanema usou essas obras com diferentes perspectivas entre elas: valorização do nacionalismo, característica marcante do Estado Novo, ecoava a busca constante de trazer a público as raízes culturais brasileiras, que se concretizavam por meio de ações desenvolvidas por Capanema no âmbito do seu Ministério. Com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, criou-se a Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico, uma preocupação marcante com a estética no Brasil. Capanema considerava que, “[...] por todo o país, numerosos e belos monumentos evocavam a nossa história ou tocavam a nossa sensibilidade artística. Entretanto, na maioria, achavam-se abandonados, e muitos até em ruínas [...]” (RELATÓRIO..., 1946: 14). Como exemplos dessa preocupação, foram organizados o Museu das Missões no Rio Grande do Sul, Museu da Inconfidência em Ouro Preto, criou-se o Museu do Ouro em Sabará, a fundação do Museu Imperial em Petrópolis destinado a recolher as relíquias do período monárquico e a ampliação do acervo do Museu Histórico Nacional (RELATÓRIO..., 1946: 15).

A importância à estética foi ilustrada pela construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde, pensado e criado para caracterizar um momento de transformação da arquitetura no Brasil. Segundo Londres (2001), Lúcio Costa propôs uma leitura da arquitetura moderna que vinculava com o passado e lhe conferia um caráter nacional. Na sua visão,

[...] a nova arquitetura não rompia com a tradição, antes a recuperava no que ela tinha de melhor: a pureza das formas, o lirismo, o equilíbrio etc. O passado ao qual a nova arquitetura vinculava-se era o dos valores ‘eternos’, característicos da tradição mediterrânea de gregos e latinos e retomados nos Quatrocentos. A tradição da arquitetura moderna não seria a das formas, a do ‘espírito’ e das ‘leis’ [...] (LONDRES, 2001: 93).

No projeto arquitetônico, foram introduzidos elementos que evidenciassem ao mesmo tempo contornos modernos e elementos da arte brasileira. Como afirmou Capanema “[...] se o governo não pode, por sua natureza, adotar esta ou aquela concepção estética, assiste-lhe contudo o dever de não ficar indiferente à revisão da forma do gosto [...]” (RELATÓRIO..., 1946: 15). Nesse sentido, cada espaço do edifício foi planejado e estudado, e Capanema acompanhou a construção em todos os detalhes, considerando para si que aquele arquétipo deveria representar mais que apenas um novo espaço público, mas um símbolo do novo no País.

O prédio foi construído segundo um projeto modernista porque o ministro interveio diretamente para cancelar a premiação original, concedida ao arquiteto acadêmico Arquimedes Memória. Vetando o projeto de estilo marajoara entregue por Memória e substituindo-o por aquele elaborado por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Afonso Reidy e outros, Capanema ergueu um monumento nos moldes de sua própria visão da renovação cultural,

mediada, é claro, por suas relações íntimas com os líderes do movimento modernista (WILLIAMS, 2000: 258).

Como um dos homens fortes de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema contou com o total apoio governamental para criar e desenvolver uma política efetiva de fomento à construção de monumentos e de preservação do patrimônio histórico nacional. Podemos observar que o termo “modernista” nesse cenário tem como característica a ruptura de uma sociedade rural para uma sociedade industrial, nesse viés, buscava-se a construção de homem novo para viver nessa sociedade. Lucio Costa, por exemplo, acreditava que a “[...] transformação arquitetônica e social era uma coisa só e que a nova arte só floresceria em um novo regime [...]” (PANDOLFI, 1999: 180).

Neste sentido, Gustavo Capanema entendia que o patrimônio histórico e artístico constitui-se de ‘documentos’ de uma arquitetura da nação, e que determina o formato da lembrança que um povo desenvolve de si. Dessa forma:

[...] Gustavo Capanema soube perceber as possibilidades de uma política voltada para a constituição de monumentos que, por sua visibilidade e significado, se prestassem a funcionar como símbolos de um projeto para a nação. Como poucos políticos, Gustavo Capanema soube selecionar, no estoque de possibilidades disponíveis no seu tempo, propostas qualificadas e identificadas com um sentido de mudança, o que resultou numa atuação integrada na promoção das artes do passado e do presente (LONDRES, 2001: 100).

É mister analisar que a estética que simbolizava a aparência harmoniosa dos monumentos foram aspectos relevantes nas escolhas do Ministro. “[...] o Estado Novo tem uma política no campo estético [...] o regime estado-novista convoca — tratando de cooptar, por certo — a vanguarda modernista, que representa um ponto alto e muitas vezes irreverente da cultura do país [...]” (PANDOLFI, 1999: 16).

Muitos setores receberam reflexos da inovação do país por meio de ações do Ministério da Educação e Saúde, como exemplo, podemos constatar a atuação em relação ao teatro, em que foram promovidas políticas de estímulo a produções cênicas. Uma atitude concreta foi a criação do Serviço Nacional de Teatro, por meio do Decreto Presidencial nº 92, de 21 de dezembro de 1937. Este definia:

Art. 1º O teatro é considerado como uma das expressões da cultura nacional, e a sua finalidade é essencialmente a elevação e a edificação espiritual do povo.

Art. 2º Para os efeitos do artigo anterior fica criado, no Ministério da Educação e Saúde, o Serviço Nacional de Teatro, destinado a animar o desenvolvimento e o aprimoramento do teatro brasileiro.

Art. 3º compete ao Serviço Nacional de teatro:

- a) promover ou estimular a construção de teatros em todo o país;
- b) organizar ou amparar companhias de teatros declamatórios, líricos, musicados e coreográficos;
- c) orientar e auxiliar, nos estabelecimentos de ensino, nas fábricas e outros centros de trabalho, nos clubes e outras associações, ou ainda isoladamente, a organização de grupos de amadores de todos os gêneros;
- d) incentivar o teatro para crianças e adolescentes, nas escolas e fora delas;
- e) promover a seleção dos espíritos dotados de real vocação para o teatro, facilitando-lhes a educação profissional no país ou no estrangeiro;
- f) estimular, no país, por todos os meios, a produção de obras de teatro de todos os gêneros;
- g) fazer o inventário da produção brasileira e portuguesa em matéria de teatro, publicando as melhores obras existentes;

h) providenciar a tradução e a publicação das grandes obras de teatro escritas em idioma estrangeiro;

Art. 4º O Serviço Nacional de Teatro será superintendido por um diretor, nomeado em comissão, com vencimentos equivalentes ao padrão M.

Art. 5º O pessoal técnico e administrativo do Serviço Nacional de Teatro, salvo o diretor, será admitido na forma do Decreto nº 871, de 1º de julho de 1936.

Art. 6º A organização do Serviço Nacional de teatro constará de regulamento, a ser baixado pelo Poder Executivo.

Art. 7º Fica extinta a Comissão de Teatro Nacional, criada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro d 1937.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1938.

Art. 9 Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1937: 1).

Como ministro, Capanema via na criação do órgão uma estratégia para estimular a produção e a difusão de valores culturais, pois o teatro chegaria a vários ambientes como, eventos sociais para a população, nas famílias e na escola. A propagação do teatro fazia parte do “[...] projeto de construção de uma cultura nacional que norteou a política cultural do Estado Novo [...]” (PEREIRA, 2001: 67). O teatro representava a função da elevação da cultura do povo, função esta que norteou as ações de Capanema frente ao Ministério.

Outro setor que obteve destaque foi à instituição do Serviço de Radiodifusão Educativa cujo propósito era difundir programas culturais, levando estes programas, sobretudo, à população jovem do país. A criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo, órgão que deflagrou outra iniciativa, objetivava “[...] promover e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como processo auxiliar de ensino e ainda como meio de educação geral [...]” (RELATÓRIO..., 1946: 17).

Capanema instituiu um vínculo importante entre cultura e política e entre cultura e poder no Brasil. Ao chefiar o Ministério da Educação, esteve à frente de um setor ímpar em se tratando da incorporação e/ou exclusão de ideias, na definição e orientação das mentalidades e valores, interferindo diretamente no mundo real da concepção de educação e promoção dos valores nacionais e da moral defendida pelo regime do Estado Novo. Conforme, assinala (MACHADO; QUADROS, 2015) “[...] a formação do indivíduo, por meio da educação, foi considerada o motor para a ordem e o progresso da nação [...]”.

Como membro do governo federal, Gustavo Capanema defendia a tese de que a reconstrução nacional se daria sob o signo da modernidade, fundamentalmente vinculada à promoção da educação e da cultura. Por meio destes preceitos, os valores nacionais seriam disseminados, considerando que, por meio deles, seria possível garantir que as futuras gerações de brasileiros crescessem sob o signo do amor à pátria e ao trabalho. Pela educação, ideologicamente administrada, promovia-se a aceitação da autoridade dos líderes que respondiam pelo Estado (NUNES, 2001).

No entanto, se a educação, a cultura e a estética simbolizam esse período, a centralização do poder e a autoridade também são características desse período. Podemos observar essa soberania e força com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em que todos os programas, teatros, discursos em rádio, publicações de jornais antes de serem divulgados para a população, passavam pela censura, por meio de departamentos oficiais vinculados ao Estado, como, por exemplo, o DIP. O objetivo do DIP era:

[...] coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa; fazer a censura a teatro, cinema, funções esportivas e recreativas; organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos e conferências; e dirigir e organizar o programa de radiodifusão oficial do governo. A imprensa que desde a constituição de 1937 estava subordinada ao Estado, é vista em sua função pública, entendida como capaz de permitir a comunicação direta entre o governo e o conjunto de sociedade (OLIVEIRA, 2001: 49).

O DIP esteve à frente dos meios de disseminação de informações a serem passadas para a população, bem como no acompanhamento dos aspectos culturais na Era Vargas. Assim, somente poderiam ser divulgados nos meios de comunicação elementos que não fossem prejudiciais ao governo. Fausto (2007) analisa que o Departamento não agiu somente com elementos internos, mas em aspectos de influência externa.

Fausto (2007: 376) revela que “[...] proibiu a entrada no país de ‘publicações nocivas aos interesses brasileiros’ agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de se evitar que fossem divulgadas ‘informações nocivas ao crédito e à cultura do país [...]’”. A defesa dos interesses nacionais sobrepunha-se, nesse sentido, à livre circulação de ideias que pudessem ser tomadas como contrárias aos interesses nacionais defendidos pelo governo.

Como nota Fausto (2007), o Estado Novo não adotou uma atitude de perseguições indiscriminadas, preservando a imagem protetora dos trabalhadores e a defesa dos interesses nacionais. Contudo, prendeu, torturou, levou ao exílio muitos intelectuais e insurgentes que discutiam a ideologia totalitária do regime. Entretanto, os intelectuais vinculados ao governo percebiam a importância de contar com o serviço de homens letrados, fossem eles católicos⁷, integralistas⁸ ou esquerdistas⁹, pois acreditavam na modernização do país por meio das ações dos intelectuais seja, na elaboração de livros, no levantamento de dados sobre a educação ou na difusão de uma cultura e um padrão estético do país.

Como Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema foi, eminentemente, o “ministro da cultura”. É inegável sua atuação política frente às questões educacionais, culturais e estéticas, procurando dar destaque a

⁷ Representantes da Igreja Católica.

⁸ “Os integralistas baseavam sua filosofia em abordagens conservadoras, como a família tradicional, a tradição cultural do país e a centralidade da Igreja Católica” (FAUSTO, 2007).

⁹ “Representantes da esquerda, em especial, o Partido Comunista Brasileiro –PCB. O objetivo do PCB desde a fundação foi promover a revolução proletária no Brasil e conquistar o poder político para realizar a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista. É o mais antigo partido político brasileiro, embora tenha atuado a maior parte de sua existência na ilegalidade. Sobreviveu a todas as alterações político-institucionais por que passou o Brasil desde a década de 1920, assim como às crises internas que em muitos momentos determinaram a saída ou expulsão de vários de seus membros. Entre essas crises destacam-se as que deram origem ao novo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962, às diversas organizações ligadas à luta armada, em 1968, e ao Partido Popular Socialista (PPS), em 1992” (ABREU, 2015, p.1)

questões centrais vinculadas às artes, à produção de conhecimento e a um estilo próprio de conceber e apreciar a arte brasileira. Antecipando-se à tardia prospecção de uma área específica para o tratamento da cultura no âmbito do governo, Capanema jamais desvinculou, ainda que muitas vezes de forma centralizada e personalista, o profundo interesse em criar vínculos entre os aspectos culturais e as demais questões políticas e sociais, nas quais esteve envolvido em sua atuação como político e apreciador irrestrito dos valores e da produção artística nacional.

Considerações Finais

Diante de um governo com o poder centralizado, as decisões para o ordenamento do Brasil passavam por controle de homens influentes, alinhados às diretrizes do governo central. Destacou-se Gustavo Capanema como ministro que mais tempo ficou à frente de um ministério, com intervenção direta nos setores social, em particular, nos aspectos educacionais, culturais e estéticos.

Constatamos contradições nas ações coordenadas por Gustavo Capanema, em um sentido, concordava com as ações da ditadura do Governo Vargas, um governo conservador com ações não democráticas; em outro, dedicou-se com afinco à modernização do Brasil, cercado-se de intelectuais com a finalidade de promover o desenvolvimento educacional, cultural e estético independente da ideologia que defendiam.

Enfim, a criação do Departamento de Imprensa e propaganda que objetivava avaliar o que seria divulgado para a população significou um instrumento importante para a difusão do governo nesse período, em particular, simbolizou a modernização vinculada ao progresso e a centralização vinculada à ordem.

Podemos concluir que um dos papéis da educação foi difundir a ideologia do governo para os sujeitos inseridos no ambiente escolar, a cultura exerceu o papel de levar à população em geral os princípios do governo, entre eles, a ordem e a moral. Na área da estética e imagem os monumentos produzidos nessa conjuntura, foram instrumentos para a divulgação do

governo. Capanema considerava que um monumento com valor estético para o país era símbolo de uma nação em desenvolvimento.

Referências:

- ABREU, A. A. **Partido Comunista Brasileiro**. CPDOC.FGV/VERBETE. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partidocomunista-brasileiro-pcb>> Acesso em: 28/10/2016.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 92 de 21/12/1937. **Cria o Serviço Nacional de Teatro**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/Decreto-Lei-92-21-dezembro-1937-350840-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Rio de Janeiro, 1937. Acesso em: 23 ago. 2016.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 526 de 1/07/1938. **Institui o Conselho Nacional de Cultura**. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/Decreto-Lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- BRAGA, S. **Estado Novo: CPDOC/FGV/VERBETE**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo>. Acesso em 20/10/2016.
- FAUSTO, B. (2007) **História do Brasil**. 12. ed., 2. reimpr. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- HORTA, J. S. B.(2010) **Gustavo Capanema**. Massangana. Recife:
- LONDRES, C (2001) “A invenção do patrimônio e a memória nacional”. In: BOMENY, Helena (Org) (2001). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. pp. 85-101.
- MACHADO, M. C. G.; QUADROS, R. (2015) “Gustavo Capanema: criação da Comissão Nacional de Ensino Primário” In: Revista de Educação, Santa Maria, vol. 40, nº 21, 423-424.
- NUNES, C. (2001) “As Políticas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas”. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (Org.) (2001).

- Constelação Capanema:** intelectuais políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001. pp. 103-126.
- OLIVEIRA, L. L. (2001) “O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo”. In: BOMENY, Helena (Org.) (2001). **Constelação Capanema:** intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Universidade de São Francisco. Bragança Paulista (SP).
 - PANDOLFI, D. (org.) (1999) **Repensando o Estado Novo.** Organizadora. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.
 - PEREIRA, V. H. A.(2001) “Os intelectuais, o mercado e o Estado na modernização”. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (Org.) (2001). **Constelação Capanema:** intelectuais políticas. Editora FGV, pp. 59-84. Rio de Janeiro.
 - QUADROS, R. (2013) **Gustavo Capanema (1934-1945).** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.
 - RELATÓRIO das atividades do Ministério da Educação e Saúde no período de 1930 a 1945, elaborado por Gustavo Capanema. **Arquivo Gustavo Capanema.** GVC nº 1946.00.00/27, (40 fls). Geral. Rio de Janeiro: FGV/Centro de Pesquisa e Documentação, 1946.
 - SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, BOUSQUET, H. M.; COSTA, V. M. R. (1984) **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
 - WILLIAMS, D.(2000) “Gustavo Capanema, ministro da cultura”. In: GOMES, Angela de Castro (Org.) (2000). **Capanema:** o ministro e seu ministério. FGV, Rio de Janeiro. pp. 251-269